

Retórica, Linguagem e Epistemologia: Esboço de uma Teoria Argumentativa do Conhecimento

Rhetoric, Language and Epistemology: Outline of an Argumentative Theory of Knowledge

Narbal de Marsillac Fontes
(Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Resumo

Em tempos plurais contemporâneos, procurar sustentar uma teoria do conhecimento ou epistemologia que desconsidere os contextos linguísticos específicos e os ambientes argumentativos onde se produz esse saber é manter-se num paradigma moderno e ultrapassado em que o *sujeito cognoscente* se contrapunha ao *objeto cognoscível*, numa relação de oposição infundada que vai encontrar hoje o seu ocaso. É a linguagem, entendida enquanto pragmática social, e a retórica, enquanto adaptação discursiva a auditórios sempre específicos, que nos remetem de um paradigma que incorpora a objetividade do mundo para um outro de entendimento intersubjetivo. O que faz do conhecimento válido o conhecimento previamente acordado enquanto tal.

Palavras-chave: Retórica. Linguagem. Epistemologia. Teoria do Conhecimento. Argumentação.

Abstract

In the plural nowadays, searching sustain a theory of knowledge or an epistemology that disregard the specific contexts and the argumentative environment where we engender this knowledge is being under the modern and overpast paradigm where the knowing subject oppose itself to the known object, in an unfounded relationship of interposing that is coming to an end today. It is the language, as social pragmatics, and the rhetoric, as discursive adaptation to always specific audiences, that send us from a paradigm that incorporate the objectivity of the World to another one of intersubjective consensos. What makes the valid knowledge the concerted knowledge itself.

Keywords: Rhetoric. Language. Epistemology. Theory of Knowledge. Argumentation.

1 Introdução

Desde seu surgimento na modernidade, a teoria do conhecimento sempre esteve vinculada aos pressupostos inerentes daquele período da História. O processo de laicização que se inicia com a criação das Escolas ainda na Idade Média fez com que o conhecimento migrasse paulatinamente da mão do clero para a do leigo ou *laicum*, em latim. A criação do Sacro Império Romano-Germânico gerou uma retomada da produção cultural e uma crescente complexificação da vida social, que passa, por sua vez, a demandar cidadãos com alguma formação intelectual. Até então, a quantidade de analfabetos era gigantesca e o saber permanecia exclusivamente na mão do clero. Com a *laicização do saber*, a capacidade crítica aumenta e com ela se intensificam as primeiras críticas à hegemonia da Igreja Católica. O heliocentrismo de Copérnico e Galileu e o protesto de Lutero e a crítica de Giordano Bruno são bons exemplos.

Assim, se inicia uma crise de fundamentação que vai caracterizar todo o período moderno. Pois, antes, questões como, por exemplo, como saber se o meu saber é verdadeiro? Ou, o que devo fazer? Ou ainda, qual o fundamento da legitimidade do poder político? Eram todas respondidas com o recurso aos pressupostos próprios do teocentrismo medieval. Neste sentido, fica claro entender os debates entre Hobbes e Filmer sobre a justificação para o poder absoluto do monarca. Enquanto o primeiro se esforça para encontrar o fundamento da legitimidade de tal poder na figura de um pacto social

originário, o segundo, como de costume, recorre à crença e à vontade de Deus. Também no campo do conhecimento, a questão sobre a legitimidade ou fundamento do saber verdadeiro vai bifurcar a modernidade entre empiristas, de um lado, e racionalistas, do outro. Para os primeiros, o conhecimento tem seu fundamento na experiência e para os segundos, na própria razão. Nos dois casos, o caráter objetificante do mundo está dado e o sucesso obtido no campo das ciências da natureza, como a Astronomia de Kepler e a Física de Newton, vai se tornar critério de conhecimento sério e científico.

Portanto, é uma marca precisa do pensamento moderno e de suas diferentes filosofias a pressuposição de uma certa *dadidade* do mundo (*giveness*). O conhecimento válido é o que é objetivo e isento de subjetividade. A avaloratividade se torna ideal do saber. Mas sem perceber, os modernos introjetam, enquanto dogma inquestionável, a pré-existência de uma subjetividade que fundamentaria tudo que se pode afirmar sobre o mundo. Sem perceber, valora-se a avaloratividade e iluministas e positivistas, tão críticos do teocentrismo medieval, partem eles mesmos de um *sujeitocentrismo* moderno. Pois se não há garantias para a existência de um deus como queriam os medievais, também não o há para a de um sujeito monádico a partir do qual poderíamos conhecer o mundo dado diante de nós.

O que vai ficando cada vez mais claro para os contemporâneos é que, na constatação e recusa dos diferentes pressupostos das diferentes filosofias, nessa disputa bimilenar entre inumeráveis escolas filosóficas, há, na verdade, uma mudança do questionamento

fundamental: se os antigos se perguntaram pelo Ser e os medievais por Deus ou pelo Ser divino, os modernos o fizeram em relação ao conhecimento definitivamente verdadeiro. Mas em todas essas filosofias há ainda um questionamento mais originário e inadiável: o que é o significado? Ou, como se dá a significação? Assim, a História da filosofia teve como *protophilosophia*, *primaphilosophia* ou, simplesmente, *filosofia primeira*, a Metafísica, a Teologia e a Teoria do Conhecimento. Hoje, cada vez mais percebemos que *filosofia primeira* é filosofia da linguagem (OLIVEIRA, 1996). As questões filosóficas passam a orbitar em torno das questões linguísticas, o que passou a se chamar de *linguistic turn* ou reviravolta linguística.

No início da década de 1950, uma outra reviravolta ocorre no seio da própria viragem linguística. A linguagem passa a ser entendida como uma atividade. O significado é o uso efetivo que fazemos das expressões linguísticas dentro de contextos sempre específicos. Assim, entonação, tonalidade, gestos, relações pré-existentes, etc., passam a compor o todo do processo de significação e a serem considerados também quando refletimos sobre a linguagem. Essa concepção pragmática da linguagem era definida por Carnap como o discurso em que se leva em consideração o interlocutor (CARNAP, 1938). Sem saber, o famoso positivista lógico e filósofo alemão profetizava que com a viragem pragmática da linguagem se anunciava concomitantemente o ressurgimento da retórica dos antigos (MARSILLAC, 2014) que tem como definição mais aceita justamente essa consideração por aqueles com quem falamos e sua correlata adaptação. É a chamada *rhetorical sensitivity* ou *sensibilidade retórica* (SCHIAPPA, 2017), observada até em crianças, o que leva a

uma variação do *self*, caso o falante ou escritor se dirija a um conhecido ou a um estranho (SHIAPPA, 2017, p. 134).

Importa, pois, hoje pensarmos uma nova teoria do conhecimento que não esteja mais pautada pela dadidade do mundo ou pela pressuposição da existência de uma subjetividade *pseudo laica* por encarnar em si as mesmas características da *alma* do discurso religioso tradicional, mas, antes, pela consideração dos contextos de uso linguístico e de acordos possíveis entre interlocutores. A crítica que em geral se faz e é infundada é se, com isso, não cairíamos num relativismo ao estilo de Feyerabend (FEYERABEND, 1975). Quem em geral faz esse tipo de crítica não compreendeu que a reemergência da retórica e da pragmática implica numa revisão do nosso próprio conceito de razão (MARSILLAC, 2011). O mundo contemporâneo perdeu sua capacidade de nos coagir de forma definitiva. E assim, o pluralismo se impõe a todos os que decidem pensar para além de seus próprios e restritos pontos de vista sempre paroquiais. Só a razoabilidade que recusa o arbítrio, mas também a objetividade pretensamente avalorativa e isenta, pode construir uma teoria retórica e argumentativa do conhecimento que nos permitirá compreender melhor como o conhecimento se dá e como sua crítica é sempre possível e imperiosa.

2 Revendo a Epistemologia e seus Fundamentos

A Epistemologia, entendida como estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diferentes possibilidades cognitivas (JAPIASSU, 1977), sofreu duras críticas às suas pretensões no início e no final do século XIX pelo movimento historicista romântico e pela

contribuição nietzscheana que visavam explicitar o preconceito embutido nas reflexões supostamente isentas e racionais e, com isso, articular a ordem das estimativas e dos valores com a ordem epistemológica, desvelando as bases morais e historicamente contingentes de todo conhecimento.

Mas essas duras oposições aparentemente não foram suficientes para se sustentar, quase que hegemonicamente, no campo da filosofia e das ciências, o positivismo que seria para Nietzsche *o primeiro bocejo da razão* (NIETZSCHE, 1999, p. 377). Foram mais precisamente as descobertas científicas do século seguinte, tais como a teoria da relatividade, teoria quântica e o advento da astrofísica, todas do campo das ciências ditas naturais, que precisamente ofereceram elementos mais virulentos e munição mais poderosa, na medida em que laboratorialmente comprovados, para a reconsideração devida daquela pretensão positivista de estender a todos os saberes a mesma metodologia das chamadas ciências físico-naturais que, por terem angariado tamanho sucesso nos séculos XVIII e XIX, foram eleitas equivocadamente como paradigmas e critérios de cientificidade e objetividade do conhecimento. Em outras palavras, foi mais em virtude de *fogo amigo* do que propriamente de contraposições inimigas que o positivismo encontrará seu fim, ao menos enquanto ideologia mais predominante (cf. MARSILLAC, 2009).

3 O Ressurgimento da Retórica e A Linguagem Pragmática

Uma das principais problemáticas herdadas pelos pós-positivistas será certamente a ausência de um estofo

axiomático comum a partir do qual pudéssemos fundar o conhecimento. Significa dizer que, bem diferente das demonstrações a partir da incontestabilidade de princípios, seguras, neutras e objetivas, os contemporâneos precisam agora argumentar a partir dos resultados das negociações intersubjetivas, nem sempre pacíficas, a respeito dos limites da validade sempre restrita das premissas fundantes de suas reflexões. Ora, essa preocupação mais com a argumentação do que com as possibilidades demonstrativas caracterizará a forma plural de se fazer filosofia na atualidade, uma forma de pensar que não pode ser traduzida num simples cálculo de inspiração matemática e que, com isso, dá azo à utilização do que Aristóteles chamava de silogismo dialético ou não-apodítico (ARISTÓTELES, 2005, p. 348) ou aqui de relegitimação ou redignificação da retórica (SANTOS, 1989, p. 98) enquanto teoria da argumentação. Assim, enquanto vigorou o pensamento racionalista que creditava seu sucesso no sucesso das ciências formais (apodíticas) e demonstrativas, viu-se uma degenerescência da retórica e um desprezo crescente desta arte de persuadir dos antigos, cada vez mais associada às figuras de linguagem e não à argumentação (GENETTE, 1970). É comum ouvir o adjetivo retórico associado ao que meramente floreia a fala, mas que não teria, portanto, importância real no sentido total do discurso. Retórica seria assim uma espécie de cosmético linguístico que teria a função apenas de deleitar os ouvintes ou leitores. Paralelo, entretanto, a estas considerações trópicas de composição e elocução, os antigos já sabiam que esta arte, entendida como *fazer fazendo crer pelo discurso*

(REBOUL, 1992)¹, não obteria nenhum sucesso sem a *argumentatio*. Ou seja, do *delectare* ao *movere* só era possível se chegar se houvesse uma construção racional argumentativa a partir dos lugares ou *topoi* próprios a auditórios determinados.

A reemergência da retórica assim definida vai nos forçar a repensar certezas e comportamentos, ou mais precisamente: *a nos comportarmos segundo as exigências de uma reflexão contínua sobre os princípios e a refletir tão imprevisivelmente quanto o curso aleatório dos comportamentos* (KLOSSOVISKY, 2000, p. 24). Isto é, pensar a partir da chamada *rhetorical turn* ou *viragem retórica* (SILLS, 1992) exige sempre consideração pelo ouvinte de um eventual discurso, exatamente como quis Carnap, suas particularidades, suas próprias premissas, para, por fim, o falante poder começar a argumentar. Coincidindo com a defesa de uma concepção pragmática de linguagem, exatamente como a pensaram, primeiro, Wittgenstein (WITTGENSTEIN, 1975) e, mais tarde, Austin (AUSTIN, 1990). Para ambos, a linguagem é uma atividade, um fazer, uma prática que se dá dentro de uma forma de vida específica. Usamos a linguagem e é no seu uso que a significação ocorre enquanto *jogos de linguagem*, para o primeiro pensador, ou enquanto *atos discursivos*, para o segundo. As semelhanças e aproximações entre retórica e pragmática são tantas que Viehweg, como se indicou aqui no início do texto, vai dizer que a primeira é uma abreviação da segunda. Não é à toa que as chamadas viragens ou reviravoltas (*turn*) pragmática e retórica estão historicamente tão próximas (MARSILLAC, 2014)

¹ Diferente do *fazer fazer* sem fazer crer que fica, neste sentido, dependente de alguma imposição ou violência.

Assim, seja pelo viés da retoricidade e de sua consideração, seja pela compreensão pragmática da linguagem, comportamentos e certezas passam a se restringir ao âmbito específico de uma relação determinada entre orador-auditor ou entre usuários ou praticantes específicos de jogos de linguagem, o que torna provisória toda conclusão e toda interpretação e exige sempre a possibilidade de reconsideração pela mudança de endereçamento do discurso. Ou, em outros termos, não há lugares extra-argumentativos ou independentes de contextos ou que poderiam possibilitar conclusões sempre válidas independentemente de situações precisas porque sempre pautados em acordos linguísticos indiscutidos, mas nunca para todo sempre indiscutíveis (SILLS, 1992 e PERELMAN, 2002, p. 580). Quer dizer que a insuficiência de provas do tipo lógico-experimentais de resultado coercível e impositivo *erga omnes* evoca outros tipos de provas de cunho solidário ou que se solidarizam com conjuntos nocionais próprios de auditórios determinados.

4 Retórica, Pragmática e Epistemologia

A epistemologia pensada a partir daqui não pode mais ser definida como estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados, como dissemos, já que fica dependente de uma adaptação sempre renovável do discurso às especificidades dos contextos em que é praticado. Assim, a discursividade inerente à retórica ou a retoricidade inerente ao discurso se configura como prática adaptada a contextos que visa mobilizar ou fazer crer sem qualquer tipo de imposição. Os princípios, as hipóteses e os resultados são eles mesmos conjuntos

nocionais indiscutidos relativos a determinadas relações discursivas. Abandona-se aqui, pois, uma concepção de teoria do conhecimento subsuntiva ou nomológica que crê que o conhecimento se processa segundo princípios indiscutíveis e que, assim, os resultados são desprovidos de qualquer ambiguidade, se tiverem sido respeitadas as regras próprias da subsunção. Desta forma, um teórico poderia construir seu saber científico solitária e autonomamente em relação ao resto da humanidade e, ainda, esperar a aceitação inequívoca dos seus resultados que porventura respeitassem aquelas mesmas regras subsuntivas. Uma eventual refutação de um resultado corretamente obtido só poderia ser levada a cabo por uma desatenção negligente ou por falta de perícia e, portanto, por incapacidade do contestador. Mas se isso funciona de alguma forma para alguns aspectos das ciências formais, torna-se de difícil aplicação em um âmbito mais amplo:

Essa distinção taxativa, entre o método preconizado para as ciências e aquele que é recomendável nas 'ações da vida', supõe uma separação muito nítida entre teoria e a prática e uma diferença de natureza entre as verdades científicas e as opiniões que guiam nossa ação...Semelhante concepção da atividade científica poderia parecer muito estranha a todos os que dela participam: foi ela, não obstante, que forneceu os âmbitos da teoria do conhecimento clássica, em que o cientista é considerado sozinho diante da natureza (PERELMAN, 1997, p. 348)

Essa concepção epistêmica coaduna com a associação feita por muitos teóricos entre verdade científica e verdades ideais ou divinas que poderiam ser

acessadas pela simples escolha correta do método científico, não importando muito o papel do interlocutor que fica, assim, passivo e inerte, coagido a aceitar os resultados metodológica e formalmente corretos. Pelo contrário, em uma teoria argumentativa do conhecimento, nada está dado e a própria escolha de um método em detrimento de outro já deve ser fruto de uma negociação discursiva, ou seja, arrazoada. Significa dizer que o cientista nunca está sozinho, mas sempre acompanhado pelo fantasma do seu possível interlocutor (PERELMAN, 1996, p. 45), ou dito de outra forma, quando delibera consigo mesmo, o cientista argumenta silenciosamente diante das possíveis contestações que consegue imaginar ou prever, realizando, assim, um arrazoado antecipado com seu eventual interlocutor ou interlocutores, encarnando ele mesmo, sem o saber, o papel de um suposto auditório universal que inexistente efetivamente².

Pode-se igualmente pensar que a retórica diz respeito à apresentação pública dos resultados científicos e não aos processos de investigação que a eles conduziram, caso em que a retórica será um método de apresentação, mas não um método de investigação. Mas também se pode pensar que o cientista, ao investigar, antecipa o seu auditório relevante, a comunidade científica, e é em função dela que organiza o seu trabalho. Neste caso, o cientista encarna o auditório relevante e é nessa qualidade que vai se autoconvencendo, à medida que a investigação prossegue, dos resultados que pretende sejam julgados convincentes pela

² O Conceito de auditório universal perelmaniano foi sua grande contribuição para a viragem retórica contemporânea.

Ou seja, faz-se mister aqui conceder maior importância ao papel, até bem pouco tempo negligenciado, da teoria da argumentação na teoria do conhecimento. Já que não se pode ter mais princípios racionalistas, evidentes e inelutáveis, ou mesmo fatos empiristas irrecusáveis no curso da história; clareza e distinção não servem mais como chancela para a verdade definitiva a respeito de algo independentemente da constituição dos auditórios correlatos e de contextos linguísticos específicos. Ou dito de outro modo, o caráter antirretórico de um dado só poderia ser sustentado em nome de sua evidência incontestada, mas basta uma rápida olhadela na história da epistemologia desde seu surgimento na modernidade para convencer-se que o que havia sido considerado incontroverso no passado foi, logo em seguida, controvertido e *o caráter retórico desta negação da retórica* (SANTOS, 1989, p. 101) se denuncia e se explicita mais claramente.

O inerradicável elemento pessoal no conhecimento científico não faz da ciência uma amálgama de idiosincrasias solipsísticas porque lhe subjaz um campo mais ou menos amplo de consenso na comunidade científica, constituído pelas premissas de valor de ciência, o componente tácito do conhecimento científico. Com base em tais premissas, que, como vimos, são, no plano retórico, o que torna possível a argumentação, o que cada cientista aceita num dado momento como fato ou como prova de fato é expressão da sua confiança num conhecimento em segunda mão (SANTOS, 1989, p. 101)

5 Retórica (substantiva), *Retórica* (adjetiva) e Superação das Filosofias da Subjetividade

Parafraseando Perelman, quando este fala da metafísica (PERELMAN, 2002), podemos dizer que não basta se dizer inimigo das filosofias da subjetividade para deixar de praticá-las. Na verdade, a História da filosofia o atesta com clareza. Desde Kant e sua consciência transcendental ou ainda, um pouco antes, Hume e sua concepção de consciência enquanto hábito, todos os pensadores subsequentes parecem ter concepções quiçá mais precisas ou profundas sobre o tema e suas propostas parecem responder melhor aos anseios de uma reflexão filosófica que não se quer mais fundada nas nuvens de diferentes concepções do “*eu*” igualmente ilusórias. Desse modo, pareceu a Hegel e sua subjetividade histórica e dependente de reconhecimento. O mérito das concepções mais recentes ou posteriores parece orbitar em torno de um reconhecimento crescente da própria precariedade e impossibilidade de autorreferência da consciência que passa a ser desejante e volitiva, ainda em Hegel e em Schopenhauer, ficcional em Nietzsche, e *aquela que não é mais senhora de sua própria casa* em Freud.

Com a crescente valorização da linguagem, de que falamos aqui, as diferentes filosofias do *sujeito* ou do *eu* mostraram ainda mais claramente que sempre chegam muito tarde em sua pretensão de fundar ou legitimar uma descrição sobre o mundo. Seu olhar está sempre comprometido com pressupostos irrefletidos e não-reconhecidos que ora invalidam ora circunscrevem o que postulam àqueles que comungam ideologicamente dos mesmos dogmas de fé, fazendo, ainda hoje,

sujeitocêntrico o período que se seguiu ao *teocentrismo medieval* e que, como procuramos defender aqui, não se restringe à dita modernidade. Ou seja, perdura entre nós como um verdadeiro preconceito inconfesso e inadmitido, como se não fossem mais encontráveis filosofias do sujeito na contemporaneidade. Contudo, além de Husserl e seu reconhecido neocartesianismo, as filosofias do sujeito contemporâneas, como as de Kant e Hegel outrora, reconhecem o caráter precário desse tipo de fundamentação e propõem no lugar *metáforas narrativas* mais sutis, delineadas propositadamente de forma mais porosa. Assim, a própria noção de falante ou interlocutor (Habermas), eu-gramatical (Wittgenstein), *dasein* (Heidegger), orador (Perelman), fantasma da máquina (Ryle), gene egoísta (Dawkins), subjetivação (Foucault), ironista liberal ou poeta forte (Rorty), são todos bons exemplos de concepções dir-se-ia supra-subjetivas, mas que perduram (por que não dizê-lo?) pretendendo... Dizem: *somos linguagem, somos anseio pelo poder, somos epifenômenos genéticos* ou simplesmente *somos sendo*. Mas em todas essas propostas há ainda sujeitos supra-subjetivos, versões melhores e, aparentemente, mais interessantes. Entretanto, a pergunta sobre o que há e sobre o que deve haver continua sendo colocada sob a perspectiva de certa forma subjetiva e tética, ainda que se reconheça seu caráter transsubjetivo. Como num microscópio quando o observador pode selecionar o quanto quer ampliar o que observa, da mesma forma, as diferentes filosofias contemporâneas parecem propor mais do mesmo que pretenderam deixar para trás. A pretensão tética de dizer como as coisas são ou como devem ser só pode ser superada pela retórica, ou seja, aquela retórica que se

reconhece ela mesma retórica e argumentativa e, portanto, sempre pronta para ser contestada. Sem pretensões téticas ou definitivas, a retórica adjetiva toda fala como retórica desde sua origem, inclusive a si mesma, para aceitar que não há o incontestável e que nenhuma suposição ou argumento pode ser definitivo. Inclusive este...

6 Conclusão

Assim, todo teórico parte, muitas vezes de forma inaudita, de premissas que funcionam como verdades-moldura ou paradigmas ou, ainda, regiões de grande consenso que esteiam suas pesquisas, suas hipóteses e seus resultados, restringindo, em termos absolutos, a validade de suas conclusões aos auditórios a que se dirige. Ou dito ainda mais claramente: na medida em que as teorias do conhecimento não se preocupam com o seu auditório e não se reconhecem a si mesmas como retóricas ou como adaptações a determinadas premissas ou como jogos de linguagem dentro de determinados contextos, elas passam a ser construídas calcadas ainda no binômio, hodiernamente insustentável, sujeito-objeto, e esperam que seus resultados, na medida em que objetivos, neutros e imparciais, sejam aceitos por todos os seres racionais, daí Santos falar do caráter solipsista do conhecimento tradicional. Partindo, assim, de evidências entendidas como incontestáveis, o discurso epistemológico da tradição não pondera sequer se em um outro ambiente argumentativo, onde configurar-se-ia uma outra relação orador-auditor, também haveria concessão de crédito aos mesmos postulados, daí a esperança profunda de que todo saber teórico possa ser igualmente

compartilhado por todos os seres de razão. Um eventual desacordo representaria um erro de uma das partes e seria solucionado facilmente pela ratificação da evidência de onde se partiu até chegar, através do correto encadeamento lógico, à prova irrefragável da tese original. Mas bastam alguns exemplos para verificarmos que esta tese está longe de ser aceitável: é o caso de uma controvérsia entre historiadores que precisam escolher entre diferentes fontes históricas de confiabilidade não unânime e da escolha que têm de fazer a respeito da perspectiva que adotarão (no caso de uma guerra, por exemplo, pode-se contar a história a partir do olhar dos vencidos ou dos vencedores); entre sociólogos que investigam determinado fato social sob diferentes prismas a partir de métodos diversos; entre filósofos que procuram enfrentar um mesmo problema partindo de diferentes percursos bibliográficos em detrimento de tantos outros possíveis, ainda que seja razoável esperar que conste na bibliografia de ambos determinadas obras específicas consideradas clássicas sobre a questão suscitada, está longe de ser absolutamente objetivo ou isento de escolhas (razoáveis) a importância que dar-se-á a este ou a aquele autor, a esta ou àquela parte da argumentação do mesmo autor, a esta ou àquela interpretação possível dentre os diferentes comentadores, etc. O mesmo vale para o antropólogo, o jurista, o psicólogo, o psicanalista, o biólogo, etc. Com exceção das ciências formais no que tange aos cálculos e fórmulas incontrovertidos, toda produção de conhecimento sempre se dá a partir de escolhas não-unâimes dos pontos de partida que o teórico, desde a origem de sua pesquisa, considera mais relevantes para o auditório idealizado ao qual endereça ou que pretende endereçar seu discurso e

este mesmo só encontra significação quando usado efetivamente. O que retoriciza, desde suas origens mais remotas, o que conhecemos sobre conhecimento e sobre sua produção.

Referências

APEL, Karl-Otto. **Transformação da Filosofia I: Filosofia Analítica, Semiótica e Hermenêutica**. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. Trad. Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005.

AUSTIN. **Quando Dizer é Fazer** - Trad. Danilo Marcondes - Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990.

CARNAP, R. Foundation of logic and mathematics. In: O. Neurath *et alii*. **International Encyclopedia of Unified Science**, vol. 1, 1938.

FEYERABEND, P. **Against Method**. Balance Ed, 1975.

GENNETTE, G. **Réthorique Restreinte**. Larousse, Paris, 1970.

JAPIASSU, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.

KLOSSOVISKY. **Nietzsche e o Círculo Vicioso**. Trad. Hortência S. Lencastre: Ed. Pazulin, 2000.

MARSILLAC, N. Viragem Retórica, Viragem Pragmática e Superação da Metafísica, in: **Revista Aufklärung**, v.1, n.2. Outubro de 2014, p. 165-182.

MARSILLAC, N. Racionalidade Retórica e Argumentativa, in: **Revista Princípios** Natal, v.18, n.30, jul./dez. 2011.

MARSILLAC, N. Ensaio sobre a Dubiedade em Heidegger, Heisenberg e Bohr, in: **Revista Synesis**. Vol. 1, 2009.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo do Ídolos**. in: Coleção Pensadores. Rio de Janeiro: Ed. Abril Cultural, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

PERELMAN, C. **Retóricas**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.

PERELMAN, C. **Tratado da Argumentação**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

PERELMAN *et alium*. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. São Paulo: Ed. São Paulo, 2002.

REBOUL, O. **La Rhétorique**. Paris: PUF, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

SCHIAPPA, E. Persistent Questions in the Historiography of Early Greek Rhetorical Theory, in: **Logos without Rhetoric: The Arts of Language before Plato**. South Carolina Press, 2017.

SILLS, C. and JENSEN, G. **The Philosophy of Discourse: The Rhetorical turn in twentieth-century thought**, 1992.

VIEHWEG, Theodor. **Topica y Filosofia del Derecho**. Trad. Jorge Seña. Barcelona: Gedisa Ed., 1997.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1975.

Narbal de Marsillac Fontes

Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

E-mail: narbalmarsillac@gmail.com

Submetido: 30/01/2019

Aprovado: 31/03/2019